

## "POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER NA PARAÍBA: A REVOLTA DE PRINCESA (1930)"

Palmira Karlyere de Andrade Januário

Nesse texto tenho a pretensão de fazer uma análise historiográfica da obra de Inês Caminha Lopes Rodrigues, que escreveu sobre “Revolta de Princesa”, na obra: “A Revolta de Princesa – Uma contribuição ao estudo do mandonismo local PARAÍBA (1930)”, cuja leitura é essencial para o entendimento de tal fato.

### **1. Antecedentes da Guerra em Princesa**

Durante a Primeira República, o sistema político em todo território nacional, foi caracterizado pela presença das oligarquias. No âmbito nacional, se destacavam as oligarquias mineira e paulista. O pequeno estado da Paraíba não fugiria à regra, igualmente aos outros, sua política se baseava na “Política dos Governadores”, sustentada por uma espécie de troca de favores que ia desde a mais alta hierarquia política até suas bases. Essas bases eram figuradas, na Paraíba, na pessoa do coronel que agia como chefe político local das regiões, os mais fortes, concentrados no Sertão.

As práticas republicanas na Paraíba não serão diferentes das existentes no contexto nacional. O sistema oligárquico vai ser predominante na política paraibana da Primeira República e, a figura do coronel também será importante para a base da política em todo Estado.

Com essa política, onde o poder estava concentrado nas mãos de uma oligarquia, o governo da Paraíba contará com a presença de três oligarquias, significativas para sua história: o Venancismo, o Alvarismo e o Epitacismo. Todas trazendo como características as velhas práticas do mandonismo local; sendo a última, característica que faz parte da conjuntura de meu estudo.

A política da Paraíba, desde 1915, tinha como líder o político Epitácio Pessoa; este, nunca chegou a assumir o governo paraibano, mas os governantes que subiram ao poder durante sua oligarquia, agiam conforme seu desejo. O mesmo, em sua vida política, veio a

assumir o governo da União. A fase epitacista começou a demonstrar aspectos decadentes assim que Epitácio indicou seu sobrinho para a presidência do Estado.

Foi na oligarquia epitacista, sob o mandato do presidente João Suassuna, que a Paraíba viu a elevação do coronelismo. Suassuna, político e coronel sertanejo, tinha uma forte ligação com os demais coronéis do Sertão. Foi nessa fase que o coronelismo teve seu ápice.

Não se pode negar que esse sistema político sobrevivia tendo por base o coronelismo, já que, em épocas de campanhas eleitorais, eram a eles a quem os candidatos recorriam em busca de seu apoio. Pois essas figuras políticas tinham um grande número de pessoas sob seu domínio, pessoas estas que viam o coronel como um salvador, que os auxiliava-os em tempos difíceis. E, para recompensá-lo, dava seu voto aos candidatos que esses chefes locais escolhiam. Exemplo destes atos são as expressões “voto de cabresto” e “currais eleitorais”. É importante destacar que, nas eleições para presidência do Estado na época, não havia um só voto contra a situação.

Em 1928, afastado do país, Epitácio vai indicar como governador do Estado seu sobrinho João Pessoa que, hora residia no Rio de Janeiro onde atuava como ministro do Supremo Tribunal Militar. Essa indicação era uma manobra de Epitácio para retomar o poder sobre a política paraibana, com também “para impedir a indicação de Júlio Lira, feita pelo então governador João Suassuna” (SANTOS NETO, 2007, p. 26).

Epitácio temia a perda total do controle político do Estado. E, com a indicação de seu sobrinho a governante, esse impasse estaria resolvido, pois este era uma pessoa de sua leal confiança.

“Desde 1923, Epitácio passara pelo menos seis meses por ano na Europa, em grande parte pelas atividades ligadas a seu posto no Tribunal Internacional Permanente de Justiça. Sua direção pessoal sobre a oligarquia da Paraíba perdeu, por conseguinte, um pouco do contato regular que ele mantivera anteriormente com as bases estaduais, através de emissários de confiança entre a Paraíba e o Rio de Janeiro. Epitácio deve ter concluído que, com João Pessoa no governo do Estado, poderia reter um controle mais seguro sobre o escalão de liderança da oligarquia, controle que, ao mesmo tempo, seria administrado diretamente em favor de seu grupo de base familiar” (LEWIN, 1993, p. 327).

A candidatura de João Pessoa à presidência do estado já era um desejo antigo de Epitácio, pois em 1926, foi levada em consideração a reformulação da Constituição do Estado. Uma das propostas que surgiu na ocasião foi a de “(...) como requisito à eleição do

presidente, dez anos de permanência no Estado” (MELLO, 1978, p. 82). Proposta esta, que logo foi repelida por Eptácio, talvez por este requisito impedir a candidatura de seu sobrinho, já que o mesmo tinha moradia fora do Estado.

Como veremos a seguir, se realmente o propósito de Eptácio era fortificar seu poder na Paraíba, investindo seu sobrinho à presidência da mesma, o “tiro saía pela culatra”, pois foi durante essa governança do eptacismo que ele menos mandou. Ainda, sendo esta, àquela que colocaria fim à tal oligarquia.

João Pessoa assume o poder do governo paraibano em 22 de outubro de 1928 com o objetivo de acabar com os vícios políticos existentes no Estado. Esses vícios estavam diretamente ligados aos abusos cometidos pelos coronéis e, segundo ele próprio, “tudo estava podre, fazendo-se necessária uma vassourada em regra para purificar a vida pública, rebaixada por figuras de significação e aproveitadores gulosos” (citado por RODRIGUES, 1993, p. 8).

Seu governo tinha como pressuposto acabar com aquilo que lhe percesse errado. No campo político, João Pessoa ignorava a velha prática do compadrio e, desempenhou um forte combate ao cangaço. Todas essas práticas atingiam diretamente a figura do coronel que se sentiu prejudicado com essas reformas impostas pelo novo governador.

Outras medidas desse governo foram motivos de descontentamentos. É o caso da chamada Guerra Tributária. De início, a Lei Tributária 673 de 17 de novembro de 1928 fora criada com o intuito de combater a crise econômica no Estado e para regular a importação e exportação de mercadorias. Muitos se sentiram prejudicados com esse novo imposto.

Dentre esses coronéis, destaca-se José Pereira, chefe político da cidade de Princesa e, coronel que detinha muito poder no Estado, chegando sua fama a alcançar toda Paraíba, como também, os limites dos estados vizinhos. Seu sentimento de desprestígio foi tão grande que, chegou a romper suas relações políticas com João Pessoa.

Ainda com relação a Guerra Tributária, destaco a presença dos primos pernambucanos de João Pessoa: os Pessoa de Queiroz. Estes, amigos de elevada estima do coronel José Pereira e, também, parceiros comerciais, também se sentiram prejudicados. Na época, os Pessoas de Queiroz eram donos de um jornal de grande porte, em Recife: o Jornal do Commercio. Meio de comunicação este que, empreendeu uma campanha contra a chamada Guerra tributária realizada pelo governo de João Pessoa.

Com o decorrer do tempo, a família Pessoa se via dividida por dois lados inimigos, onde havia a existência de trocas de insultos por parte destes. De um lado, os Pessoa de Queiroz, utilizado o jornal de sua propriedade e, do outro, João Pessoa, que fazia uso do meio de comunicação do estado: a Jornal A União.

A Guerra Tributária se divirtuara, fugira do seu móvel, se transformara em válvula de escape de rixas familiares e se constituiria numa das sementes do futuro movimento armado de Princesa (RODRIGUES, 1978, p. 55).

Vale salientar que, no momento, João Pessoa havia empreendido sua campanha eleitoral para o pleito presidencial de 1930, onde concorria à vaga de vice-presidente pela Aliança Liberal, da qual fazia parte os estados da Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Como se sabe, o presidente da Paraíba, num gesto ousado, negou apoio à chapa apresentada pelo presidente Washington Luis, encabeçando, junto com Getúlio Vargas, a chapa da oposição.

Outro ato de João Pessoa seria relevante para o descontentamento à sua pessoa: a composição da chapa para senado e para Câmara Federal nas eleições de março de 1930. Com o desejo de “rejuvenescer a bancada federal”, João Pessoa não aceitou a reeleição dos deputados que hora cumpriam seu mandato. Reuniu-se, o então presidente, com a Comissão Executiva do Partido Republicano da Paraíba, a fim de organizarem a chapa para o Senado e para Câmara Federal. Na ocasião apresentou seu plano de renovação, o qual foi contestado por alguns membros da Comissão, Júlio Lira e Inácio Evaristo. Tal discordância ocorreu pelo fato de que, havia ainda um deputado, dentre os antigos, com o privilégio de concorrer novamente nessas eleições, como também, deixando de fora uma forte figura política sertaneja, João Suassuna. Portanto, os que não concordaram queriam que o plano fosse justo e fosse válido a todos os deputados, sem nenhuma exceção. Para Júlio Lira,

A conservação deste nome parecia-lhe injusta aos alijados, na sua opinião árdios trabalhadores pela causa liberal. Por outro lado, admitir a substituição proposta por João Pessoa significaria proscrever a candidatura do deputado João Suassuna seu amigo particular e seu introdutor na carreira política (RODRIGUES, 1978, p. 81).

Não é de se estranhar que o deputado que permanecera com seu nome na chapa era Carlos Pessoa, primo de João Pessoa. Assim o fez, como disse José Américo de Almeida,

“poupando a sensibilidade do tio” (Citado por RODRIGUES, 1978, p.83). Como também, talvez, tentando evitar um novo atrito dentro da família Pessoa.

Assim, o sentimento de desprestígio, fez com que figuras políticas do sertão, chegassem a romper, politicamente falando, com o então presidente do estado. era a última gota para a eclosão do movimento.

Havendo a cisão dentro do Partido Republicano da Paraíba, entre “o poder privado e o poder instituído”, nas figuras de José Pereira e João Pessoa, respectivamente, estava declarada a “Guerra de Princesa”.

A guerra só viu seu fim no dia 26 de julho de 1930, quando João Dantas, que entrara na luta do lado coronelato, assassinou João Pessoa. Fato que repercutiu por todo território nacional, já que João Pessoa fazia parte da chapa aliancista. O fato contribuiu para o movimento de 30 e, de certa, fez com que Getúlio Vargas assumisse a presidência do Brasil, mesmo tendo perdido as eleições para Júlio Prestes. Esse fato marcou o fim do período conhecido como “República Velha”.

## **2. O desfecho da Guerra**

Os fatos expostos anteriormente não garantiriam ao coronel José Pereira um possível sucesso na luta. Assim, a participação dos Pessoas de Queiroz, ao lado do coronel, na mesma foi de grande valia, já que, financeiramente falando, eram os primos de João Pessoa quem sustentavam o movimento.

Os Pessoas de Queiroz, sabendo de tudo que hora se passava na Paraíba e, ainda com o desejo de ver o primo fora do poder do estado vizinho, viu na figura do coronel a pessoa ideal para reagir contra João Pessoa. Donos de grande riqueza, prometeram a José Pereira custearem a luta, caso o coronel viesse a reagir contra o governo: “reaja que nós o sustentamos” (Depoimento de Joaquim Inojosa, citado por RODRIGUES, 1978, p. 101).

Em carta ao tio Epitácio, João Pessoa de Queiroz, dizia ao mesmo que, achava que seu primo, João Pessoa, não tinha como suportar a luta e que se o governo federal não o apoiasse, sua derrota era coisa certa; deixa claro sua posição com relação a futura luta, saindo em defesa do coronel sertanejo, enfatizando os laços de amizade que os unia. E completa: “Nestas

condições, fui forçado a entregar ao nosso amigo José Pereira todos os elementos de reação que possuía, para sua defesa contra Joça” (Citado por INOJOSA, 1980, p. 50).

Tal ação, vista como um complô, entre José pereira e os Pessoas de Queiroz, “no qual premeditava sacrificar este Estado”, pelo tenente Arruda em telegrama enviado a Ademar Vidal, não ocorreu, apenas, após o rompimento,

Como confirmou um dos assessores dos Pessoa de Queiroz, “a reação já estava preparada e José Pereira foi o homem certo para essa reação”. Neste sentido, o coronel já estaria se armando desde setembro de 1929, muito antes do telegrama de rompimento (RODRIGUES, 1981, p. 26).

onde, nesse mesmo telegrama, o emissor noticiava a ida do coronel à cidade Flores, Pernambuco, na qual estava “(...) aguardando a chegada (...) de armamento, munição e dinheiro, conforme compromisso fez pessoa de Queiroz” (Citado por VIDAL, 1978, p. 99).

Percebe-se que a ação dos primos pernambucanos de João Pessoa foi primordial para o início da luta, já que o incentivo dado por eles ao coronel revoltado foi de tal tamanho que, praticamente, deu todo sustento ao movimento.

Os primeiros tiros da luta ocorreram na cidade de Teixeira, no início de março de 1930, às vésperas das eleições. Com a pretensão de garantir eleições seguras, como também de fazer com que sua chapa ganhasse, já que alguns líderes sertanejos não estavam de acordo com sua “orientação política”, o Presidente enviou àquela cidade tropas da polícia estadual, que estavam sob o comando do tenente Feitosa. Esse ato do presidente foi considerado uma afronta à família Dantas, pois Feitosa era um inimigo da mesma, o mesmo causou uma instabilidade no local, iniciada com tiroteios entre os Dantas e as forças policiais do Estado.

Além de Teixeira, outras cidades do sertão foram atingidas pela luta, a exemplo do povoado de Imaculada, onde as forças militares do estado estavam em vantagem com relação às do coronel. E, em Água Branca, na época, povoado pertencente á Princesa; seguido de Tavares.

A luta seguia sem previsão de fim. O desejo, principalmente dos Pessoas de Queiroz, não veio a se concretizar: uma intervenção no estado paraibano. As tropas de José Pereira, em maio, começavam a dar os primeiros sinais de crise. Havia a necessidade de armas, de munição e alimentação. Até, seus financiadores pernambucanos se viam em crise.

Diante da situação, o presidente do país resolveu, então, enviar ao estado em luta, tropas do exército, as quais não chegaram à Princesa antes de 26 de julho.

Vários planos foram elaborados pelos revoltosos, numa esperança de se chegar ao fim. Um deles, sugerido pelos Pessoas de Queiroz, tidos como “mentores intelectuais da revolta”, era “uma marcha de José Pereira à frente de 1.000 homens sobre a capital do Estado” (RODRIGUES, 1978, p. 152). Que foi descartado pelo coronel.

Os mentores deste plano, insatisfeitos, logo cuidaram em criar um outro, que, também, objetivava a intervenção estadual. Se tratava este de um plano bem ousado que, fazia de Princesa uma cidade livre daquele estado que, com ela, entrara em luta.

## **2.1 O ato de bravura da cidade sertaneja: O Território Livre de Princesa**

Influenciado, ainda, pelos Pessoas de Queiroz, Jose Pereira decreta sua cidade, um território livre dos poderes estaduais paraibano. No dia 9 de junho de 1930, achava-se Princesa, por meio deste documento citado acima, um território independente da Paraíba. O mesmo segue abaixo:

Decreto nº 1, de 9 de junho de 1930

Decreta e proclama provisoriamente a independência do município de Princesa, separado do Estado da Paraíba, e se estabelece a forma pela qual se rege.

A administração provisória do Território de Princesa, instituído por aclamação popular, decreta e proclama a Resolução seguinte:

Art. 1º - Fica decretada e proclamada provisoriamente a independência do município de Princesa, deixando o mesmo de fazer parte do Estado da Paraíba, do qual está separado desde 28 de fevereiro do corrente ano.

Art. 2º - Passa o município de Princesa a constituir, com os seus limites atuais, um território livre que terá a denominação de Território de Princesa.

Art. 3º - O Território de Princesa assim constituído permanece subordinado politicamente ao poder público federal, conforme se acha estabelecido na Constituição da República dos estados Unidos do Brasil.

Art. 4º - Enquanto pelos meios populares não se fizer a organização legal, será o território regido pela administração provisória do mesmo território.

Cidade de Princesa, em 9 de junho de 1930

José Pereira de Lima

José Frazão Medeiros Lima

Manuel Rodrigues Sinhô” (Citado por INOJOSA, 1980, p. 109 e 110).

Para dar mais bravura ao ato, foi criado em Princesa um jornal. Seu criador, Joaquim Inojosa, o escrevia e mandava imprimi-lo, clandestinamente, no Recife. Do mesmo, só chegaram a ser publicado dois exemplares. É importante ressaltar, que o jornal era todo confeccionado em Pernambuco, trazia em si, como sendo editado em Princesa. Este também contou com a contribuição dos Pessoas de Querioz.

Fora criado, também, o hino com letra de Austro-Costa e composição de Néilson Ferreira, os dois, amigos de Inojosa. O hino ressaltava o caráter heróico de Princesa, quanto sua luta com o Estado e era cantado ao ritmo do Hino da Bandeira.

## **2.2 O fim da luta em Princesa**

Prosseguia a guerra no sertão paraibano, sem visão de um futuro ganhador ou perdedor; mal sabendo àqueles que dela faziam parte, que seu fim estava se aproximando.

Dentre os muitos que se sentiam prejudicados com a política inovadora de João Pessoa, estavam os membros da família Dantas. A situação piorou quando teve início a guerra em Princesa, com o episódio de Teixeira, cidade que estava sob o domínio dos Dantas.

Durante a luta, a família Dantas foi atingida pelo governo de várias maneiras. Como vimos nos casos descritos durante a chegada da polícia em Teixeira, que agravou tal família, outros atos viriam agravar a relação destes com o presidente paraibano, principalmente, com um dos membros desta, João Duarte Dantas.

Em desavença com a família Dantas, João Pessoa passa a trocar insultos constantes com um membro desta que, no futuro. Lhe tiraria a vida. A gota d'água para piorar a situação entre João pessoa e João Dantas foi a invasão ao apartamento deste último, por parte da polícia do estado, com intuito de apreender armas e munições que, possivelmente, seriam enviadas à Princesa. Porém, chegando no apartamento a polícia não apreende armas e munições, “mas também os papéis, cartas amorosas de João Dantas, ou a ele dirigidas” (SOBRINHO, 1975, p. 124). E, como se não bastasse, cuidou-se, então, as forças estaduais, em publicar no jornal A União, tais papéis que foram encontrados; sendo os mais íntimos, expostos num mural na portaria do prédio do jornal, para quem quisesse vê-los.

Cego pelo desejo da vingança, João Dantas que já trazia precedentes de outros crimes, não deixaria passar tal ato despercebido. “Já decidido a um desforço, envenenado pela



campanha da folha oficial do estado, não encontraria João Dantas, nessa pequena colônia, quem o dissuadisse do propósito sanguinário” (SOBRINHO, 1975, p. 125).

Assim, em 26 de julho de 1930, sabendo João Dantas, por uma notícia no jornal, que o presidente paraibano se encontrava na capital pernambucana, local onde residia o assassino, saiu o mesmo à procura do seu alvo. O encontro numa confeitaria onde cometeu o crime.

A Paraíba recebe a notícia da morte de seu presidente, onde grande alvoroço invade as ruas de sua capital, como descreve Barbosa Lima Sobrinho (1975, p. 126):

(...) a multidão ia para as ruas, expendindo-se em depredações contra os adversários. Perto de duzentos presos saíam da cadeia pública e, reunidos à turba enfurecida, caíam sobre as propriedades dos inimigos políticos, para destruí-las, para reduzi-las a cinzas. De todas a parte, ouviam-se tiros, deflagrações de bombas de dinamite. As labaredas dos incêndios ateados pelo povo dentro em pouco subiam na treva da noite, como se outra pira não parecesse digna do morto que todos choravam.

A notícia chegava à Princesa onde era recebida com alegria por alguns revoltosos, um deles a leva à José Pereira.

- João pessoa morreu! Ganhamos a luta, coronel!  
E ele retrucou:  
- Perdemos!... e completando o vaticínio: Perdi o gosto da luta. Os ânimos agora vão se acirrar e principalmente contra mim. João Dantas não devia ter feito isso: eu não comungo com o assassinato. (Citado por RODRIGUES, 1978, p. 163).

Só após a morte de João Pessoa o presidente da União toma uma decisão quanto a luta em Princesa, enviando ao lugar citado as forças do Exército, como o objetivo de estabelecer a tranqüilidade naquele estado. Para tanto, o presidente pede, em telegrama, a colaboração de José Pereira, que não lhe nega tal pedido, com a esperança de se ver longe da violência causada pela polícia estadual no momento. Tem assim, fim, a revolta em Princesa.

Deflagrada a chamada “Revolução de 30”, José Pereira deixa Princesa, outubro do mesmo ano, passando o mesmo a residir em alguns estados do nordeste, mudando até seu nome. Até sua morte, em 1949, ele retorna à Princesa como visitante, vindo, posteriormente, a residir na cidade

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MELLO, José Octávio de Arruda. **João Pessoa perante a história**. João Pessoa: A União, 1978.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A revolta de Princesa** – Uma contribuição ao estudo do mandonismo local Paraíba (1930). João Pessoa: A União, 1978.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado**: a interventoria de Anthonor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). (Mestrado em História), João Pessoa: UFPB, 2007.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **A verdade sobre a revolução de Outubro – 1930**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.